

# Antagonismo, Equivalência, Logocentrismo: uma análise do discurso sobre as “novas guerras”

## *Antagonism, Equivalence, Logocentrism: a discourse analysis of new wars*

Aureo de Toledo Gomes\*

### Resumo

Mediante a teoria do discurso de Ernesto Laclau e com base nas contribuições de Kalevi Holsti e Mary Kaldor, o artigo analisa o debate sobre as causas das novas guerras. A hipótese é que esse discurso foi construído de forma logocêntrica: ao enfatizar a análise das estruturas estatais para a compreensão das *guerras de terceiro tipo*, Holsti reforça uma narrativa eurocêntrica sobre a formação dos Estados; já Kaldor, partindo da ideia da *política identitária* como uma das causas das *novas guerras*, naturaliza uma visão depreciativa sobre a identidade daqueles considerados responsáveis por tais conflitos.

**Palavras-chave:** *segurança internacional; novas guerras; teoria do discurso.*

### Abstract

Using Ernesto Laclau's discourse theory and based on contributions of Kalevi Holsti and Mary Kaldor, the article analyzes the debate about the causes of new wars. The hypothesis is that this discourse was constructed in a logocentric way: in emphasizing an analysis of state structures as a way to understand wars of the third kind Holsti reinforces an Eurocentric narrative about the formation of nation-states; at the same time, departing from the so-called *identity politics* as one of the sources of the new wars, Kaldor naturalizes a depreciative vision of those considered responsible for the emergence of new wars.

**Keywords:** *international security; new wars; discourse theory.*

---

\* Doutor em Ciência Política pela Universidade de São Paulo (USP), professor adjunto do Instituto de Economia da Universidade Federal de Uberlândia (UFU) e Visiting Scholar (2014 - 2015) no Humanitarian and Conflict Response Institute, University of Manchester, UK. E-mail: aureo@ie.ufu.br

## 1 Introdução

O debate sobre as causas das guerras civis dentro do campo de Segurança Internacional ganhou novos contornos após a Guerra Fria. Com base na constatação da maior incidência de conflitos intraestatais em detrimento de conflitos interestatais, diversos analistas defenderam a ideia de que estávamos diante um fenômeno inédito. Dessa forma, partindo da premissa de que tal ineditismo seria oriundo, sobretudo, de variáveis ligadas à natureza e aos motivos dos beligerantes e à forma como se travam os embates, as quais permitiriam também diferenciar os conflitos de hoje de guerras civis de outros períodos históricos<sup>1</sup>, conceitos como “guerras de terceiro tipo” (HOLSTI, 1996) e “novas guerras” (KALDOR, 1999) passaram a dominar a discussão.

Dado o caráter controverso da discussão, tivemos um considerável debate no qual diversos autores se posicionaram diante o tema. Críticos como Kalyvas (2001) e Newman (2004) argumentam que uma das principais deficiências do conceito “novas guerras” seria a visão parcial sobre a natureza dos atores engajados e dos meios utilizados nos conflitos. Ambos sugerem que apreciações históricas mais aprofundadas mostrariam que as formas de violência imputadas aos beligerantes de agora não são um fenômeno novo. Especificamente, não haveria provas históricas que permitissem o delineamento de fronteiras tão rígidas sobre as maneiras como a violência se materializou ontem e hoje, além do fato de que o grande número das guerras civis em andamento na década de 1990 poderia ser melhor compreendido como reflexo do acúmulo de conflitos civis iniciados após o processo de descolonização da década de 1950.

Frente a tal quadro, o presente trabalho almeja intervir a partir de uma perspectiva distinta. Mediante a teoria do discurso de Ernesto Laclau, a proposta é realizar uma análise sobre o conceito de “novas guerras”. Com base no pressuposto teórico de que a realidade só ganha sentido a partir de um sistema discursivo que a cria e lhe atribui significados, o objetivo é averiguar quais são as condições que permitem que determinados conflitos em locais tão distintos do globo sejam entendidos como novos. Para tanto, as obras selecionadas são as de Holsti (1996) e Kaldor (1999) e tal escolha deve-se especialmente ao fato de que ambos os livros são duas das principais referências sobre a nova natureza dos conflitos civis da década de 1990, culminando na grande controvérsia seguida sobre o tema.

A hipótese que nos orienta é a de que o discurso sobre novas guerras foi articulado a partir de uma cadeia de equivalências que resulta em uma estrutura logocêntrica, isto é, repousa sobre dicotomias que se propõem autoevidentes e são acompanhadas de julgamento de valor sobre quais dos polos seria superior. De forma mais específica, Holsti, ao propor a análise das estruturas estatais para compreensão dos conflitos, reproduz uma narrativa eurocêntrica sobre a formação dos Estados nacionais. Já Kaldor, ao destacar o que chama de *política identitária* como uma das causas principais dos conflitos, reforça uma visão essencialista e pejorativa sobre a identidade dos contendores africanos e asiáticos.

<sup>1</sup> Convém ressaltar que desde a obra de Gurr (1970) até o trabalho de Kalyvas (2006), diversos autores também discutiram as causas dos conflitos civis, porém num registro distinto, avaliando o que leva um indivíduo a se engajar no combate, não se voltando necessariamente para o ineditismo dos conflitos. Trata-se de uma literatura riquíssima, mas que, por motivos de espaço e de recorte do objeto, não será aqui abordada. No Brasil, até o momento, o melhor balanço sobre essa discussão encontra-se em Freire (2011).

O artigo divide-se em três seções, excetuando-se esta introdução. Num primeiro momento, apresentamos o arcabouço teórico que nos orienta. Em seguida, procedemos à análise das obras propriamente ditas e apresentamos o que entendemos serem seus pontos problemáticos. Por fim, tecemos nossas considerações finais.

## 2 A Teoria do Discurso de Ernesto Laclau

Toda a construção teórica de Ernesto Laclau, sobretudo a partir da publicação de *Hegemony and the Socialist Strategy*, de 1985, e escrita a quatro mãos com Chantal Mouffe, pode ser entendida como um esforço intelectual com vistas a criar uma teoria que pretende interrogar o social como um terreno de disputas políticas constantes para a fixação de sentidos. Segundos os autores, qualquer apreensão da realidade demanda a inserção dos fatos físicos, naturais e humanos em sistemas de significação que os situem e os ordenem no mundo. Decorrência disso é que na teoria do discurso nenhum objeto tem significado *a priori* e os sentidos são resultados da constituição de campos discursivos, os quais tem caráter contingente e precário, pois sempre serão ameaçados por outras articulações igualmente possíveis.

São necessárias algumas considerações sobre a noção de discurso para que fique clara a proposta de Laclau. Primeiramente, há de se ressaltar que discurso é uma categoria teórica cuja meta é compreender as regras de produção de sentido por meio das quais um dado fenômeno encontra seu lugar no mundo social. Em segundo lugar, discurso é uma categoria que unifica palavras e ações, isto é, discurso é prática, visto que quaisquer ações empreendidas por sujeitos, identidades, grupos sociais, dentre outros, são ações significativas<sup>2</sup>. Dito de outra forma, o que se nega não é o fato de que existem objetos externos ao pensamento, mas sim a ideia de que eles se constituem enquanto objetos fora de quaisquer condições discursivas de emergência. Em terceiro lugar, o discurso é resultado de uma prática articulatória e esta é definida por Laclau e Mouffe (1985) como qualquer prática que estabeleça uma relação tal entre elementos que suas identidades sejam modificadas como resultado da prática articulatória. É importante frisar que a articulação, da forma como é proposta pela teoria do discurso, ocorre sempre em torno de um ponto nodal, um signo privilegiado em torno do qual outros seriam ordenados, e que a totalidade estruturada resultante da prática articulatória seria o discurso.

Assim, a tarefa seria analisar o social buscando compreender as regularidades de sentidos desses sistemas discursivos. Para tanto, uma das maneiras mais eficazes para a constituição de articulações é o que Laclau e Mouffe (1985) chamam de lógica da equivalência. Segundo os autores, se afirmamos que A e B são equivalentes existiria obrigatoriamente um termo que não é nem A e nem B, mas que permitiria identificar a equivalência e que impediria que os

2 Para explicar sua noção de discurso e dizer porque rejeita a distinção entre práticas discursivas e não discursivas, Laclau se ancora na ideia de jogos de linguagem de Wittgenstein e traz o seguinte exemplo (LACLAU; BASKHAR, 2003, p. 13): “Se eu for ali e abrir a porta, por um lado, eu quero abrir a porta, por outro, isto me força a um ato material, que é abrir a porta. A performance desse ato é o que chamo discurso; não é que o discurso produza algum tipo de efeito material, mas que o ato material de produzi-lo é o que o discurso é”.

termos ganhassem objetividade. Ainda que longo, o exemplo proposto por Mendonça (2009, p. p. 157-158) é bastante didático e nos auxilia na compreensão da prática articulatória:

Um país que passa por um governo autoritário que, ao longo do tempo, é visto como corrupto, não acolhedor de demandas de variados setores da sociedade, além de, evidentemente, não democrático, passa a sofrer uma série de resistências dos mais variados grupos sociais. Desta forma, num primeiro momento, trabalhadores dos mais variados setores laborais, estudantes, grupos sociais os mais diversos veem que suas demandas particulares não têm sido acolhidas por este governo inepto. Isoladamente, esses diversos grupos sociais demandam suas questões específicas e sentem-se frustrados pela não acolhida das mesmas, quando não o são ainda brutalmente sufocados pelo aparelho repressor do Estado. Nesse momento inicial, segundo a perspectiva da teoria do discurso, estes grupos são vistos como elementos (...) São elementos, uma vez que não mantêm qualquer relação a priori entre si, mas tão somente com o frustrante governo autoritário. Num determinado instante – a partir de um discurso comum articulador de todas essas diferenças (ponto nodal), como por exemplo, a demanda comum por democracia no contexto daquele Estado – esses grupos se articulam e passam a ser momentos (...) de uma articulação que tem, como corte antagônico, o regime autoritário.

Além da construção de uma relação de equivalência, é possível depreender do exemplo acima dois outros pontos. Primeiramente, temos a ideia do antagonismo: a cadeia de equivalência entre as lutas só se tornou possível devido ao antagonismo frente o hipotético regime autoritário. Contudo, para Laclau (2011), antagonismo não deve ser entendido meramente como o embate entre duas identidades pré-constituídas. Para o autor, um discurso antagônico ameaça a constituição do discurso antagonizado ao mesmo tempo em que é sua condição de possibilidade, visto que este último só se constitui sob a ameaça da presença do primeiro. Ainda a partir do exemplo citado, podemos entender o caráter paradoxal do antagonismo: simultaneamente, a existência do discurso antagônico, no caso o regime autoritário, tentar frear a expansão da cadeia de equivalência, porém é a condição de possibilidade para a mesma.

Em segundo lugar, temos a ideia do significante vazio, um ponto nodal privilegiado que teria a capacidade de aglutinar múltiplos significados a ponto de perder seu sentido inicial justamente pelo excesso de significados incorporados e assim conseguir a adesão de um conjunto vasto e variado de indivíduos. No exemplo acima, a demanda por democracia seria um poderoso significante vazio, na medida em que conseguiria congregar as demandas particulares dos segmentos da população. Contudo, a polissemia de sentidos seria limitada. Inicialmente, uma cadeia de equivalências em torno de um significante vazio teria liberdade para se expandir, mas uma vez estabelecido determinado núcleo, a expansão fica restrita, visto que certas relações seriam incompatíveis com as particularidades integrantes da cadeia.

Aos conceitos apresentados devemos acrescentar uma última categoria: a noção de hegemonia. Para Laclau e Mouffe (1985), hegemonia é uma forma de relação política que tenta estabelecer uma ordem dita universal. Dado que o terreno do social é caracterizado por constante disputa política pela construção de sentidos hegemônicos, hegemonia seria um projeto político particular no qual um determinado discurso (sobre, por exemplo, como o Estado,

economia e sociedade civil devem se organizar) consegue se impor sobre tantas alternativas possíveis. Tal imposição seria alcançada uma vez que, ao expandir seus sentidos mediante a construção de cadeias de equivalências, pontos nodais e significantes vazios, o discurso condensaria outros sentidos dispersos e conseguiria enfim se apresentar enquanto universal, porém um universal precário, dado que estaria sempre sob a sombra de outros discursos rivais, correndo o risco de ser deslocado e substituído por outro projeto hegemônico. Em suma:

Hegemonizar um conteúdo equivaleria, por conseguinte, a fixar sua significação em torno de um ponto nodal. Assim, o campo do social pode ser visto como uma guerra de trincheiras em que diferentes projetos políticos tentam articular em torno de si um número cada vez maior de significantes sociais. Da impossibilidade de se conseguir uma fixação total se derivaria o caráter aberto do social. (LACLAU, 1993, p. 45)<sup>3</sup>

### 3 As causas das “novas guerras”

Em nosso entendimento, Holsti e Kaldor organizam seus raciocínios a partir de um antagonismo entre tipos diferentes de guerra e de uma cadeia de equivalências em torno de pontos nodais específicos, mas que se concretizam de maneiras distintas. “Guerras de terceiro tipo” e “novas guerras” seriam categorias que pretendem designar manifestações empíricas que estariam ocorrendo majoritariamente em regiões do chamado Terceiro Mundo e que não seriam compartilhadas em outras regiões do globo:

Poderemos compreender as guerras de maneira mais apropriada se explorarmos o nascimento dos Estados e a forma como os mesmos são governados. O problema da legitimidade é particularmente agudo. Ruandas, Sri Lankas e Somálias de hoje e de amanhã – e haverá vários tipos desses países no futuro – são provocados, fundamentalmente, pela falta de legitimidade política entre governantes e as comunidades as quais eles governam. (HOLSTI, 1996, p. p. xi-xii)

Meu argumento central é que durante os anos 1980 e 1990, um novo tipo de violência organizada se desenvolveu, especialmente na África e no Leste Europeu, o qual é um aspecto da era globalizada de hoje. Descrevo esse tipo de violência como ‘nova guerra’. Utilizo o termo ‘novo’ para distinguir essas guerras das visões dominantes sobre guerra de épocas anteriores. (KALDOR, 1999, p. 1)

Os trechos acima transcritos são um primeiro indício de que os conflitos pelos quais esses países passam, a despeito de suas particularidades, possuem características e origens comuns e podem ser agrupados conjuntamente pelo fato de que esses traços específicos não ocorrem em nenhum outro lugar. Em outras palavras, a partir de uma comparação entre os conflitos de hoje e de outrora, forma-se uma relação de equivalência que torna todas as “novas guerras” – com o perdão da redundância – equivalentes, visto que suas características principais não

<sup>3</sup> Todas as traduções do inglês e do espanhol para o português realizadas ao longo do texto são de nossa responsabilidade e para uso exclusivo neste trabalho.

são as mesmas das guerras interestatais de outros períodos. Assim, os sentidos produzidos contribuem simultaneamente para designar algo inédito relativo à natureza dos conflitos e para reafirmar um tipo específico de embate que ocorreu anteriormente e cujas origens são distintas das novas guerras. Porém, frise-se: não estamos tratando de fenômenos com identidades próprias, mas sim do fato de que essas identificações específicas emergem apenas mediante antagonismo e equivalência em torno de pontos nodais específicos, isto é, “guerras de terceiro tipo” e “novas guerras”.

A emergência e a possibilidade de se distinguir as causas dos conflitos contemporâneos de outros recebe contornos específicos em cada um dos autores. No caso de Holsti (1996), o fragmento acima transcrito presta-se como um mapa para o desenvolvimento de seu argumento, que pode ser assim sintetizado: (1) a carência de legitimidade política é a causa fundamental para a eclosão das guerras de terceiro tipo; (2) os países do Terceiro Mundo carecem de legitimidade política e, portanto, são mais suscetíveis a conflitos civis; (3) para a compreensão do porquê, nessas regiões, haveria essa carência, o melhor caminho seria a análise da formação desses Estados.

Conforme o autor, a questão da legitimidade política é fundamental uma vez que as guerras de terceiro tipo são travadas pelo controle do Estado e pela definição dos critérios que delimitam quem deveria ou não ser incluído na comunidade política. Para Holsti (1996), haveria duas dimensões que compõem a legitimidade política: a *vertical*, relativa aos princípios que embasam o direito a governar, e a *horizontal*, que se refere à definição da comunidade sob a qual o governo é exercido. Em Estados considerados bem sucedidos, os princípios e critérios que delimitam quem pode governar e sobre quem o governo é exercido são vistos como legítimos, diminuindo muito a suscetibilidade de conflitos civis. Em países em que tais pontos são ainda objetos de controvérsia, que tendem a polarizar a sociedade a tal ponto que leva os segmentos ao uso da violência, as guerras de terceiro tipo são uma realidade:

Guerras de terceiro tipo predominam no sistema internacional desde 1945. Elas persistem e persistirão no futuro. Por quê? Porque em muitas regiões do mundo a disputa em torno de quem controlará o Estado e a relação do mesmo com suas nações, comunidades e povos que vivem em suas fronteiras não foi resolvida com a descolonização. Em particular, Estados fracos – não no sentido militar, mas em termos de legitimidade e eficácia – são e serão os locais de guerra. (HOLSTI, 1996, p. 40)

Guerras de terceiro tipo têm diversas características únicas. Suas histórias variam, assim como seus resultados – derrota dos insurgentes na Malásia, vitória na Argélia, impasse na Caxemira e no Sudão – mas todas têm uma fonte comum: a definição da comunidade política legítima e a busca pela condição de Estado. A mística do Estado e da “nacionalidade” move as guerras de hoje, assim como equilíbrio de poder, sucessões, disputas por hegemonia e rivalidades sobre colônias moviam as guerras do século XVIII. (HOLSTI, 1996, p. 41)

A argumentação de Holsti (1996) caminha na direção de que é possível capturar a causa do problema dos países do Terceiro Mundo, mas que tal compreensão seria melhor vislumbrada à luz da experiência europeia. Durante o período de formação dos Estados na Europa, os esforços das elites para extrair recursos da população e assim se engajar em guerras contra inimigos

externos foi o estopim de um processo de centralização administrativa que permitiu a expansão das instituições estatais. Ademais, Holsti igualmente destaca a importância da definição dos critérios que delimitaram quem deveria fazer parte da comunidade política e como essa definição permitiu o apaziguamento da situação doméstica dos novos Estados.

Em diapasão oposto, o processo de formação dos Estados no Terceiro Mundo foi distinto, pois teve como um de seus traços definidores as heranças do colonialismo e do imperialismo do século XVIII. Assim, se um longo projeto histórico proveu sentido político para expressões geográficas como França e Alemanha, por exemplo, no caso da Ásia e da África, o processo de criação dos Estados teve suas próprias idiossincrasias (HOLSTI, 1996, p. 66):

(1) o Estado colonial foi criado para uma multiplicidade de propósitos, e nenhum deles tem relação com a criação de Estados; e (2) os limites territoriais das colônias foram impostos pelas metrópoles, novamente para atender a seus interesses e conveniências, e na maioria dos casos não havia correspondência alguma com reinos antigos ou com os limites, jurisdições e efetividade política das lideranças dessas localidades. As colônias eram ficções políticas alheias às realidades locais.

Com trajetórias tão diversas, as consequências seriam igualmente diferentes. Dentro das características estruturais dos Estados saídos do processo de descolonização, três saltam aos olhos. Em primeiro lugar, temos um nível baixo (ou mesmo completa ausência) de legitimidade vertical, isto é, parcelas substanciais da população rejeitam o Estado e negam lealdade às lideranças. Em segundo lugar, há uma personalização do Estado, o qual é muitas vezes apenas um reflexo do líder, tornando a distinção entre o público e o privado, no mínimo, opaca. Em terceiro lugar, tais países carecem de legitimidade horizontal, ou seja, não há uma única comunidade política; pelo contrário, há uma disputa para definir o critério de pertencimento, seja ele em termos de etnia, religião, classe, casta, dentre outros. Uma das implicações desse mosaico é que os movimentos nacionalistas nesses países não almejam, por exemplo, mudar a natureza do Estado colonial: o que se disputa é quem irá controlá-lo. Ademais, retomando Jackson (1990), Holsti afirma que tais Estados são reconhecidos internacionalmente como entes soberanos, mas não possuem as condições empíricas – dentre as quais se insere a legitimidade política – para se sustentarem enquanto entidades políticas autônomas.

Tal estado de coisas redundava no dilema Estado-força (*state-strength dilemma*). Conforme o autor, Estados procuram ganhar força que permitiria dar conteúdo à sua soberania doméstica externamente reconhecida. Contudo, tentativas para aumentar o poder gerariam resistências que acabariam por enfraquecer o governo. Dessa forma, para diminuir a resistência, as lideranças fariam uso de meios coercitivos contra os líderes locais, mas não lograriam êxito devido, sobretudo, à sua baixa legitimidade. Assim, seu direito de governar é minado por suas ações que são muitas vezes discriminatórias, de curto prazo e autointeressadas, além do fato de que a exclusão de parcelas importantes da população do processo de tomada de decisão ajudaria a aumentar as tensões sociais. Ao final, alcança-se a seguinte conclusão:

O Estado colonial, um organismo que deixou como legados fronteiras arbitrárias, um aparato burocrático e militar, foi disputado por lideranças que acreditavam que podiam ir adiante e criar nações *reais* e dominar o novo Estado. Alguns foram bem sucedidos. Muitos

fracassaram, e são estes fracassos que culminaram nas guerras de terceiro tipo. (HOLSTI, 1996, p. 71, itálico no original)

Em guerras de terceiro tipo não há fronts, campanhas, bases, uniformes, códigos de conduta, *point d'appui* e mesmo respeito pelos limites territoriais dos Estados. Não há estratégias e táticas. Inovação, surpresa e imprevisibilidade são necessidades e virtudes. Os fracos devem confiar na malícia, e sempre no crime, para levantar fundos para os bombardeios, assassinatos e massacres. Prisioneiros são usados como reféns para extrair ganhos políticos; incidentes terroristas são pensados para alcançar publicidade, não para derrotar o inimigo. O terror é usado para intimidar os fracos e indiferentes. (HOLSTI, 1996, p. p. 36-37)

Da forma como está estruturada, a narrativa de Holsti (1996) reforça uma visão particular sobre a formação estatal. De fato, existem diferenças históricas entre os Estados da África e Ásia de um lado, e da Europa e América do Norte de outro; porém, Holsti (1996) vai além e destaca a organicidade dos últimos em detrimento da artificialidade dos primeiros:

a universalização do formato Estado territorial não significa que todos os Estados compartilham as mesmas características. Em particular, Estados artificiais – criações de autoridades coloniais e de organizações internacionais – são em muitas maneiras fundamentalmente diferentes de Estados que se desenvolveram lentamente mediante um processo orgânico envolvendo guerras, centralização administrativa, provimento de direitos sociais e desenvolvimento de identidades e sentimentos nacionais. (HOLSTI, 1996, p. 79)

Confrontar e atestar a organicidade e/ou artificialidade é uma prática viável quando se trata os Estados como *like-units*, isto é, entidades com sistemas políticos relativamente uniformes e que buscam padrões de desenvolvimento comum. De acordo com Inayatullah e Blaney (2004), essa orientação epistemológica, que partilha da possibilidade de um espaço homogêneo de comparação, depende da diluição das histórias particulares das sociedades em tela e da fixação destas em categorias ou estágios, o que acaba, de um lado, universalizando um padrão particular de mudança social, e de outro, naturalizando a diferença como inferioridade.

Apropriando-se do argumento acima, três implicações precisam ser destacadas. Primeiramente, a despeito de todas as diferenças entre os países em tela, o autor acredita ser possível compará-los e encontrar o substrato comum de seus problemas. Em outras palavras, é possível agrupar países tão diversos a partir de uma relação de equivalência entre suas características estruturais que se fundamentaria no fato de que nenhum deles consegue desempenhar suas funções da mesma maneira que os países ocidentais o fazem, e que seria a solução ideal para os conflitos. A equivalência construída permitiria uma simplificação histórica e uma lente analítica que habilitaria o pesquisador a buscar a causa fundamental dos problemas.

Em segundo lugar, teríamos, ainda que por vezes de forma implícita, uma narrativa que salienta o mau desempenho dos países africanos e asiáticos *após o início* do processo de descolonização, mas que diminui a importância que atores internacionais e mecanismos de regulação internacional tiveram sobre a capacidade destes Estados *durante e após* o processo de descolonização (GROVOGUI, 2002). Ainda que reconheça os legados do colonialismo e saliente que a formação dos Estados do Terceiro Mundo foi distinta do processo europeu, Holsti (1996) dá ênfase, em nosso entender excessiva, às disputas domésticas pelo controle dos Estados,

mas deixa de lado o papel que atores externos tiveram, e ainda têm, para o prolongamento dos conflitos civis. De forma direta, essa crítica poderia ser construída na forma da seguinte pergunta: armas e dólares emergem mediante geração espontânea dos solos africanos e asiáticos?

O terceiro ponto refere-se à dita organicidade do processo de formação de Estados ocidentais. Com base nos trechos acima transcritos, é possível notar que, segundo o autor, haveria um processo que provê coerência orgânica aos Estados, culminando em altos níveis de legitimidade política e impedindo a emergência de conflitos civis. A partir da perspectiva teórica aqui adotada, é possível tensionar esse argumento afirmando que não há nada de natural ou necessário neste processo. Para Laclau, o social é marcado por uma constante disputa entre discursos que procuram hegemonizá-lo e são bem sucedidos aqueles que conseguem expandir sua cadeia de significações e condensar sentidos dispersos. Assim, determinados discursos conseguiram em dado momento histórico vencer a disputa frente outros possíveis e passaram a ser vistos como a encarnação da nação. Desta feita, não seria possível defender a ideia de que o processo europeu foi mais orgânico e superior visto que seguiu dado rito, enquanto em outras regiões não houve a mesma sequência.

Essa mesma tese da organicidade precisa ser desnaturalizada porquanto acaba por esconder detalhes que, na narrativa tradicional sobre a formação dos Estados nacionais na Europa, seriam considerados menores. Historicamente, é possível encontrar em momentos distintos que a construção de uma identidade nacional demandou a exclusão de minorias étnicas ou religiosas significadas enquanto ameaças para a coletividade. A construção dessa identidade nacional mediante uma relação antagônica pode ser exemplificada a partir dos casos coligidos por Rae (2002). Segundo a autora, a repressão e expulsão dos huguenotes na França no século XVII, assim como a dos judeus espanhóis que foram forçados a se converter ou a sair do território no século XV e o genocídio dos armênios pelos turcos durante a Primeira Guerra Mundial<sup>4</sup> seriam exemplos de como a afirmação de uma dita identidade nacional demanda a identificação daquela que a ameaça. Assim, é apenas apagando esses detalhes que se torna possível defender a organicidade do processo em tela. E, da forma como procede, Holsti (1996) reforça essa visão hegemônica da história.

De outro lado, Kaldor (1999), mediante pesquisas sobre guerras civis no Leste Europeu, África e Ásia, apresentou inicialmente sua defesa das “novas guerras” enquanto um fenômeno inédito na história dos conflitos civis a partir de uma descrição do que seriam seus principais atributos, o contexto em que se desenrolam, e o que seria a causa que levaria indivíduos a se engajarem em armas. Dessa forma, com relação aos objetivos daqueles que se engajam nos conflitos, teríamos a seguinte descrição:

Os objetivos das novas guerras referem-se à política identitária (identity politics), em contraste com os objetivos geopolíticos e ideológicos das guerras de outrora (...) Por política identitária, designo a reivindicação do poder com base em uma identidade particular – seja

4 Com base nesses exemplos, Rae constrói o conceito de *homogeneização patológica*, que designaria um número de estratégias diferentes que os interessados em construir a ideia de unidade estatal e legitimidade da autoridade empregaram para criar um senso de coletividade. Tais estratégias incluem desde a negação de direitos para as minorias até conversões forçadas, expulsão territorial e genocídios.

ela nacional, clânica, religiosa ou linguística. Em alguma medida, toda guerra envolve um choque de identidades – britânicos contra franceses, comunistas contra democratas. Contudo, meu ponto é que estas identidades dos conflitos antigos estavam conectadas a alguma noção de interesse estatal ou a algum projeto progressista que pretendia unir a população – ideias relativas a como se organizar a sociedade, por exemplo. (KALDOR, 1999, p. 6)

Política Identitária tende a ser fragmentária, retrógrada e exclusivista. Agrupamentos políticos baseados em identidades exclusivistas tendem a serem movimentos de nostalgia, ancorados na reconstrução de um passado heroico, em memórias de injustiça, reais ou imaginadas, e em batalhas famosas, ganhadas ou perdidas. Adquirem sentido mediante insegurança, medo reacendido de inimigos históricos, ou mediante uma percepção de ameaça a partir daqueles considerados diferentes (...) No mínimo, política identitária envolve discriminação psicológica contra aqueles vistos como diferentes. No máximo, culmina na expulsão dessa população ou mesmo em genocídio. (KALDOR, 1999, p. p. 78)

Sobre os métodos de combate usado pelos beligerantes, Kaldor afirma que:

As estratégias de combate das novas guerras tiram lições das táticas de guerrilha e contrainsurgência, ainda que sejam distintas destas. Em guerras regulares, o objetivo é capturar o território mediante meios militares; batalhas são os encontros decisivos da guerra. Por sua vez, a guerrilha desenvolveu-se como uma maneira de se contornar as concentrações massivas de força militar características das guerras convencionais. Na guerrilha o território é capturado mediante o controle político da população em detrimento do avanço militar e batalhas são evitadas sempre que possível. As *novas guerras* também tendem a evitar batalhas e alcançar o controle do território por meio do controle político da população, mas, enquanto a guerrilha, ao menos na teoria articulada por Mao Tse-Tung e Che Guevara, objetivava capturar os corações e mentes, agora os métodos de combate, emprestando técnicas de desestabilização da contrainsurgência, miram semear o medo e ódio. O objetivo é controlar a população eliminando todos aqueles que tenham uma identidade diferente. Assim, o objetivo estratégico dessas guerras é a expulsão da população por meio de técnicas como assassinato em massa, assentamentos forçados, assim como o uso de instrumentos de intimidação políticos, econômicos e psicológicos. (KALDOR, 1999, p. p. 7-8)

Convêm apontar que, de acordo com a autora, os atributos acima descritos surgem à luz de dois contextos importantes. Primeiro, estaríamos presenciando a fragmentação do monopólio do uso legítimo da violência de alguns países, fato este que facilitaria a emergência dos novos conflitos civis. Trata-se de uma erosão por cima, ocasionada pela transnacionalização das forças militares, a qual acarreta a queda de capacidade de Estados fazerem uso unilateral da força contra outros países, uma vez que as tecnologias militares de hoje são mais destrutivas do que nunca, além do fato de que o acesso a essas mesmas tecnologias é muito mais amplo. De outro lado, há também a erosão por baixo, oriunda, sobretudo, da privatização da guerra, visto que agentes internos possuem capacidade bélica para desafiar a autoridade estatal.

Além disso, uma parte importante do argumento seria de que os conflitos de agora se materializam em um contexto de globalização, entendida aqui enquanto a intensificação da

interconectividade política, econômica, militar e cultural global. As novas condições impostas pelo fenômeno da globalização enfraqueceriam, principalmente, os países do Terceiro Mundo, ocasionando o surgimento de economias paralelas que demandariam proteção privada, criando poderosos incentivos para que agentes privados disputassem com o Estado a autoridade doméstica. Logo, essa nova conjuntura, associada à inabilidade ou relutância de governantes em executarem as funções clássicas dos Estados – tal como o monopólio do uso legítimo da violência e o monopólio da tributação –, permitiria a emergência das novas guerras.

A primeira narrativa construída por Kaldor (1999) apresenta a ideia de que determinadas conjunturas, no caso em questão, a erosão da autonomia do Estado e a globalização, atuariam como meios facilitadores para que determinados grupos perseguissem seus objetivos, os quais são descritos como política identitária. Em nosso entendimento, esse discurso repousa em dois pressupostos ontológicos altamente controversos e passíveis de questionamento, mas que aqui são reificados e apresentados como naturais. Primeiramente, há uma descrição própria para as identidades dos contendores das novas guerras, isto é, a política identitária é descrita como essencialmente retrógrada e particularista, fazendo uso dos meios mais hediondos para disputar o poder do Estado.

Em segundo lugar, temos um estatuto ontológico para a globalização, que podemos assumir como um processo inexorável, reduzida a mera fonte de estímulos e constrangimentos e responsável, de um lado, pela erosão da autoridade estatal e, de outro, como gerador de incentivos para as motivações econômicas das guerras civis mediante o transbordamento para além das fronteiras de formas de comércio legal e ilegal. Nesse sentido, frente a um processo indiferente às nacionalidades, os países devem procurar se adaptar a tal conjuntura, isto é, a globalização é um fenômeno que afeta igualmente a todos, mas que, enquanto alguns teriam mais resiliência para enfrentá-lo, outros padeceriam por serem relutantes ou não terem desenvolvido as capacidades necessárias para tanto. Por essa via, o foco da análise restringe-se a como essa conjuntura incentiva a emergência dos embates, porém, ao ser compreendida como apenas provendo as condições para o início dos enfrentamentos, é isenta de responsabilidades sobre os motivos que levam os beligerantes a se engajarem e mesmo sobre a origem e desenvolvimento da política identitária.

Nessa primeira manifestação, “novas guerras” seria um conceito que encerraria as principais características de uma manifestação empírica concreta. Contudo, Kaldor (2013) revisitou seu argumento e trouxe algumas inovações, das quais duas são importantes para os fins deste trabalho. Certamente a que salta aos olhos é a ideia de que o conceito “novas guerras” não deve ser compreendido como uma categoria empírica, mas sim como uma maneira de apreender a lógica dos conflitos contemporâneos e assim oferecer simultaneamente uma estratégia de pesquisa e um guia para a ação política. Em suma, novas e velhas guerras devem ser entendidas enquanto tipos ideais. De outro lado, em termos dos parâmetros para diferenciá-las, os mesmos permanecem: atores, objetivos e métodos ainda são os traços distintivos. Contudo, para rechaçar a crítica de que haveria elementos das novas guerras em outros conflitos, Kaldor (2013, p. 3) argumenta que:

O adjetivo 'nova' é uma maneira de excluir 'velhos' pressupostos sobre a natureza da guerra e para proporcionar uma nova base para novas metodologias de pesquisa. O objetivo ao descrever os conflitos dos anos 1990 como 'novos' é mudar a maneira que pesquisadores os investigam e assim transformar a forma como policy-makers e policy-shapers os percebem.

A outra reformulação refere-se ao estatuto da política identitária. De acordo com a autora, política identitária ainda é a lógica que informa os objetivos dos contendores; porém, se antes era possível depreender do argumento de Kaldor de que tal objetivo já seria algo pronto cuja construção prescindia da mobilização para a guerra, agora temos a ideia de que a política identitária é construída durante o conflito. Inobstante a mudança, a natureza da política identitária ainda é a mesma: mesmo durante a construção, as identidades são forjadas mediante medo e ódio e, em última instância, almeja-se tomar o Estado para determinado grupo em detrimento de projetos progressistas que atendam a um maior interesse público. Em suma:

As narrativas políticas das novas guerras são baseadas em interesses particularistas; são exclusivistas ao invés de universalistas. Violam as regras e normas da guerra. São racionais apenas no sentido instrumental. Mas não são razoáveis. Razão tem a ver com normas aceitas universalmente que sustentam regras de direito doméstico e internacional. (KALDOR, 2013, p. 12)

A despeito das reformulações, Kaldor (2013) não consegue escapar das reificações e essencialismos sobre os quais seu raciocínio repousa. Se antes o conceito exprimia tanto o fenômeno empírico quanto sua essência, agora este ainda é analiticamente útil visto que seria possível capturar, mediante uma comparação entre velhas e novas guerras, ao menos as lógicas que informam os conflitos de hoje e de outrora e, ainda que por vezes implicitamente, fazer julgamentos de valor sobre qual deles seria o mais legítimo.

Por sua vez, no que tange à reformulação da questão dos objetivos, convêm apontar duas implicações importantes. Primeiramente, é possível afirmar que o argumento da autora é determinista e contraditório, pois convivem em seu raciocínio a possibilidade de construção dos objetivos e a natureza inescapável dos beligerantes. Dito de outra forma, a despeito de defender o caráter da construção social da política identitária ao longo do conflito, o final dessa mobilização identitária ainda é exclusivista e retrógrada, ou seja, não existe possibilidade de um caráter alternativo ao objetivo dos contendores das novas guerras.

Por outro lado, para Laclau (2011), nas disputas para hegemonizar o campo social o que temos é um embate entre discursos particulares para se apresentarem enquanto universais. Nesse sentido, o máximo que poderíamos alcançar é um determinado discurso que momentaneamente despe-se de suas características próprias e encarna o universal. Assim, comparar e salientar o caráter pejorativo da política identitária contribuiria para significar os objetivos dos conflitos anteriores, como as Primeira e Segunda Guerras Mundiais, como mais legítimos e razoáveis e fortalecer a cisão entre a inescapável barbárie das novas guerras em contraposição à civilidade e prudência de atores externos aos conflitos.

Ademais, cabe ainda a seguinte questão, não menos importante: que instrumentos estariam disponíveis para solucionar conflitos civis?

Holsti (1996) defende que a solução seria fortalecer os Estados para tentar dirimir o problema da legitimidade política, e que o agente para cumprir tal tarefa poderia ser especialmente a ONU, ainda que ressalte as suas deficiências para a execução desta tarefa, uma vez que a organização foi pensada para resolver conflitos interestatais e não para enfrentar conflitos intraestatais. Além disso, o autor também aponta para a necessidade de continuarmos a estudar de forma comparada o sucesso e fracasso dos Estados. Aqui, entretanto, é preciso fazer alguma justiça a Holsti: a comparação que sugere seria entre países do Terceiro Mundo que foram bem sucedidos em vencer o dilema Estado-força e aqueles que fracassaram, sugestão que até então não havia aparecido no debate sobre o tema. Contudo, apesar do foco nesses países e não nos anglo-saxões, a ideia é apenas sugerida e não desenvolvida, inclusive a orientação epistemológica de tratamento dos Estados como *like-units* parece ser a mesma<sup>5</sup>.

A primeira solução que Kaldor (1999) advoga é uma parceria entre o que chama de defensores locais da civilidade e instituições transnacionais, aliança esta cuja meta principal seria criar uma estratégia para acabar com a violência oriunda dos conflitos em tela. Tal estratégia incluiria componentes políticos, econômicos e militares, imersos dentro de um arcabouço do direito internacional, que determinaria as regras de engajamento militar e de direitos humanos. Ademais, como as novas guerras seriam uma mistura de guerra, crime organizado e violações dos direitos humanos, as operações de paz passariam a ser compreendidas como aplicações desse direito cosmopolita. Contudo, no artigo de 2013 a autora apenas aponta a necessidade de pensarmos uma resposta cosmopolita para este problema. Em suma, o dito cosmopolitismo e universalismo proposto por Kaldor só se tornam concebíveis mediante contraposição com a regressão social das novas guerras.

Uma última implicação merece ser brevemente apresentada. A ideia de que problemas eminentemente domésticos redundam em novas guerras, presente tanto em Holsti (1996) quanto em Kaldor (1999) mas não exclusiva a eles, pode ser associada à tendência existente no contexto pós-Guerra Fria de predomínio liberal nas análises de Segurança Internacional. Desde o debate sobre a chamada paz democrática, isto é, a tese de que democracias não guerrearão entre si<sup>6</sup>, é possível notar um esforço sistemático em correlacionar variáveis de natureza doméstica, como o tipo de regime político, por exemplo, à estabilidade do sistema internacional.

Ainda que não seja desprezível, tal apreciação ancora-se excessivamente na política interna e em fronteiras rígidas entre eventos internacionais e processos domésticos, culminando em uma construção de sentidos na qual a solução pode vir de atores significados como isentos de responsabilidades sobre a corrente situação e que encarnariam a resposta universal para os problemas desses países. Em nosso entendimento, o debate sobre novas guerras pode ser entendido como mais um capítulo, e infelizmente não o último, de uma linha de trabalhos, que vão desde o fim da história de Fukuyama (1992) e alcançando o choque de civilizações de Huntington (1996), que reforçam a interpretação hegemônica de que as causas das principais instabilidades no sistema internacional jazem no âmbito doméstico dos Estados do Terceiro Mundo.

<sup>5</sup> Uma alternativa interessante a esse tratamento encontra-se em Bilgin e Morton (2007).

<sup>6</sup> Sobre tal discussão, ver Brown, Lynn-Jones, Miller (1996).

## 4 Considerações finais

O objetivo de nossa proposta foi realizar uma leitura do debate sobre a natureza dos conflitos civis da década de 1990 mediante a teoria do discurso de Ernesto Laclau, com o fito de apontar quais são as regularidades subjacentes a tal construção de sentidos e que implicações daí decorrem. No caso em questão, entendemos que o debate sobre novas guerras é informado por uma contraposição antagônica e relações de equivalência entre conflitos ditos novos e velhos. Holsti (1996) se ancora em uma narrativa eurocêntrica sobre a formação dos Estados nacionais, enquanto o argumento de Kaldor (1999) repousa sobre reificações e essencialismo relativos à natureza da identidade dos beligerantes e ao contexto no qual os enfrentamentos ocorrem.

Nosso objetivo, contudo, não é incorrer em uma defesa acrítica de beligerantes que cometem atrocidades em diversas localidades do mundo. O propósito mais geral do trabalho é a politização do debate ao mostrar que tais construções de sentido possuem implicações que simplificam conjunturas complexas e que, salvo melhor juízo, deixam de lado pontos problemáticos da discussão. Se recordarmos que o ex-primeiro-ministro britânico John Major (1990–1997) afirmou que os conflitos que levaram à dissolução da ex-Iugoslávia giravam em torno de “ódios étnicos antigos” (apud GLENNY, 1996, p. 183), veremos que a discussão em tela ressoa no debate político e pode eventualmente informar a ação de governos e organizações.

Nesse sentido, apesar de reputarmos como importante a atenção que o debate sobre “novas guerras” presta aos aspectos sociais e econômicos dos conflitos civis, acreditamos que nossa intervenção contribui para a discussão ao salientar o caráter contingente do dito ineditismo das guerras civis, mostrando que a partir dos significados construídos pelos autores escolhidos, os traços sociais e econômicos dos conflitos são reduzidos a problemas de natureza eminentemente doméstica, com poucas conexões com as dinâmicas do sistema internacional de Estados e do capitalismo global, culminando assim na interpretação de que as soluções viriam principalmente de atores externos, alheios a tais conjunturas, o que, em nosso entender, reforça o predomínio da visão liberal sobre as causas das principais instabilidades do sistema internacional na dimensão de segurança.

Ao mesmo tempo em que seria possível questionar o ineditismo das guerras civis, nossa intervenção permite apontar como a própria ideia das velhas guerras como legítimas e usuais depende desta contraposição para se sustentar. Em outras palavras, cremos que é apenas mediante o antagonismo com as “novas guerras” que um conflito que finda com a vida de mais de 40 milhões de pessoas<sup>7</sup>, incluindo civis, como foi a Segunda Guerra Mundial, pode ser compreendido, ainda que de forma implícita, como algo típico na história militar. Somados os pontos, acreditamos que nossa análise é uma modesta contribuição para deslocar o logocentrismo e o eurocentrismo presentes neste debate.

<sup>7</sup> Informações sobre as mortes durante a Segunda Guerra Mundial foram obtidas em <http://warchronicle.com/numbers/WWII/deaths.htm>. Disponibilidade: 17/08/2012.

## Referências bibliográficas

- BILGIN, Pinar.; MORTON, Adam. 2007. Rethinking State Failure: the Political Economy of Security. In: LAMBACH, D.; DEBIEL, T. (org.). *State Failure Revisited I: Globalization of Security and Neighborhood Effects*. INEF REPORT 87.
- BLANEY, David; INAYATULLAH, Naaem. 2002. Neomodernization?: IR and the Inner Life of Modernization Theory. *European Journal of International Relations*, Vol. 8, n. 1, p. 103-137.
- BROWN, Michael.; LYNN-JONES, Sean; MILLER, Steven. 1996. *Debating the Democratic Peace*. Cambridge: MIT Press.
- FREIRE, Danilo. 2011. *Entre Urnas e Armas: a competitividade do poder executivo e as guerras civis, 1976 - 2000*. São Paulo. Dissertação (Mestrado). Departamento de Ciência Política. USP.
- FUKUYAMA, Francis. 1992. *The End of History and the Last Man*. New York: The Free Press.
- GLENNY, Misha. 1996. *The Fall of Yugoslavia: the Third Balkan War*. New York: Penguin Books.
- GROVOGUI, Siba. 2002. Regimes of Sovereignty: International Morality and the African Condition. *European Journal of International Relations*, Vol. 8, n. 3, p. 315-338.
- GURR, Ted R. 1970. *Why Men Rebel*. New York: Paradigm Publishers.
- HOLSTI, Kalevi. 1996. *The State, War, and the State of War*. New York: Cambridge University Press.
- HUNTINGTON, Samuel. 1996. *O Choque de Civilizações e a Recomposição da Ordem Mundial*. Rio de Janeiro: Objetiva.
- JACKSON, Robert. 1990. *Quasi-States: Sovereignty, International Relations and the Third World*. Cambridge: Cambridge University Press.
- KALDOR, Mary. 1999. *New and Old Wars: organized violence in a Global Era*. Stanford: Stanford University Press.
- KALDOR, Mary. 2013. In defence of new wars. *Stability*, Vol. 2, n. 1, p. 1-16.
- KALYVAS, Sthatis. 2001. New and Old Wars: a Valid Distinction? *World Politics*, Vol. 54, n. 1, p. 99-118.
- KALYVAS, Sthatis. 2006. *The Logic of Violence in Civil Wars*. Cambridge: Cambridge University Press.
- LACLAU, Ernesto. 1993. *Nuevas Reflexiones sobre la Revolucion de Nuestro Tiempo*. Buenos Aires: Nueva Vision.
- LACLAU, Ernesto. 2011. *Emanipação e Diferença*. Rio de Janeiro: EDUERJ.
- LACLAU, Ernesto; BASKHAR, Roy. 2003. Discourse Theory vs. Critical Realism. *Aletheia*, nº 2, p. 9-14.
- LACLAU, Ernesto; MOUFFE, Chantal. 1985. *Hegemony and the Socialist Strategy: towards a radical democratic politics*. London: Verso.
- MENDONÇA, Daniel. 2009. Como olhar “o político” a partir da teoria do discurso. *Revista Brasileira de Ciência Política*, nº 1, p. 153-169.
- NEWMAN, Edward. 2004. The ‘New Wars’ Debate: a Historical Perspective is needed. *Security Dialogue*, Vol. 35, n. 2, p. 173-189.
- RAE, Heather. 2002. *States Identities and Homogenisation of Peoples*. Cambridge: Cambridge University Press.

Recebido em: 21 jan. 2014

Aceito em: 01 out. 2014